

Documentos 268

Política Ambiental da Embrapa Clima Temperado

Editores técnicos

Lilian Terezinha Winckler Sosinski Glaucia de Figueiredo Nachtigal

Pelotas, RS 2009 Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Clima Temperado

Endereço: BR 392 Km 78

Caixa Postal 403, CEP 96001-970 - Pelotas, RS

Fone: (53) 3275-8199

Fax: (53) 3275-8219 - 3275-8221 Home page: www.cpact.embrapa.br E-mail: sac@cpact.embrapa.br

Comitê de Publicações da Unidade

Presidente: Ariano Martins de Magalhães Júnior Secretária-Executiva: Joseane Mary Lopes Garcia

Membros: José Carlos Leite Reis, Ana Paula Schneid Afonso, Giovani Theisen,

Luis Antônio Suita de Castro, Flávio Luiz Carpena Carvalho, Christiane Rodrigues Congro Bertoldi e Regina das Graças Vasconcelos dos Santos

Suplentes: Márcia Vizzotto e Beatriz Marti Emygdio

Normalização bibliográfica: Regina das Graças Vasconcelos dos Santos

Editoração eletrônica: Oscar Castro

1ª edição

1ª impressão (2009): 50 exemplares

Todos os direitos reservados

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei no 9.610).

Sosinski, Lilian Terezinha Winckler Sosinski.

Política ambiental da Embrapa Clima Temperado / Editores Lilian Terezinha Winckler Sosinski, Glaucia de Figueiredo Nachtigal. – Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2009.

19 p. — (Embrapa Clima Temperado. Documentos, 268).

ISSN 1516-8840

Gestão ambiental – Meio ambiente – Sustentabilidade – Educação ambiental – Legislação ambiental. I. Nachtigal, Gláucia de Figueiredo. II.Título. III. Série.

CDD 577.273

Autor

Lilian Terezinha Winckler Sosinski

Eng. Agrôn. Dr.(a) em Ecologia Embrapa Clima Temperado, Pelotas, RS. (lilianws@cpact.embrapa.br)

Glaucia de Figueiredo Nachtigal

Eng. Agrôn. Dr.(a) em Agronomia Embrapa Clima Temperado, Pelotas, RS. (glaucia@cpact.embrapa.br)

José Faustini de Oliveira

Eng. Agrôn. Embrapa Clima Temperado, Pelotas, RS. (faustini@cpact.embrapa.br)

Christiane R. Congro Bertoldi

Jornalista, Mestre em Turismo e Hotelaria Embrapa Clima Temperado, Pelotas, RS. (congro@cpact.embrapa.br)

Denilson Gouvea Anthonisen

Químico, Mestre em Ciência e Tecnologia Agroindustrial Embrapa Clima Temperado, Pelotas, RS. (denilson@cpact.embrapa.br)

Janni André Haerter

Eng. Agrôn. Dr. em Agronomia Embrapa Clima Temperado, Pelotas, RS. (jhaerter@cpact.embrapa.br)

Fabia Amorim da Costa

Geógrafa, Mestre em Eng. Agrícola Embrapa Clima Temperado, Pelotas, RS. (fabia@cpact.embrapa.br)

Rosangela Costa Alves

Economista Doméstica, Mestre em Extensão Rural Embrapa Clima Temperado, Pelotas, RS. (roalves@cpact.embrapa.br)

Joel Henrique Cardoso

Eng. Agrôn. Dr. em Agroecologia, Sociologia e Desenvolvimento Rural Embrapa Clima Temperado, Pelotas, RS. (joel@cpact.embrapa.br)

Marcos A. Martins Pereira

Tecnólogo em Administração Embrapa Clima Temperado, Pelotas, RS. (marcos@cpact.embrapa.br)

Everton Luis F. Neumann

Téc. Agrícola Embrapa Clima Temperado, Pelotas, RS. (everton@cpact.embrapa.br)

Sergio Luis Gonçalves Aquino Técnico em Telecomunicações Embrapa Clima Temperado, Pelotas, RS. (aquino@cpact.embrapa.br)

Apresentação

A Embrapa Clima Temperado, Unidade ecorregional vinculada à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e sediada em Pelotas (RS), tem por missão viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura na região de clima temperado, em benefício da sociedade.

Para cumprir sua missão, e ciente da sua responsabilidade como instituição de pesquisa frente a questões ambientais, iniciaram-se em 2008, as atividades de implantação das diretrizes da gestão ambiental por meio da constituição de um Comitê Local de Gestão Ambiental (CLGA). Coube ao CLGA promover a discussão interna das questões ambientais relativas ao desenvolvimento das atividades de PD&I e assessorar a Chefia da Unidade na construção de uma política ambiental que passe a nortear as ações da Unidade no tocante à geração de tecnologias compatíveis com a capacidade do ambiente no qual elas serão inseridas.

A política ambiental, exposta nesse documento, foi construída sob a coordenação do CLGA da Embrapa Clima Temperado, de forma participativa, de modo a expressar a preocupação e aspirações de todos os funcionários quanto à manutenção e promoção de um ambiente saudável, tanto dentro da Unidade quanto na sua área de abrangência.

A Embrapa Clima Temperado, perante seus pares e à sociedade como um todo, busca firmar, por meio desta política, um compromisso para atuação, de forma que as questões ambientais sejam trabalhadas de forma transversal a todas as atividades desenvolvidas na instituição.

Waldyr Stumpf Junior
Chefe-Geral
Embrapa Clima Temperado

Sumário

Política Ambiental da Embrapa Clima Temperado	11
Introdução	11
Objetivo Geral	14
Marco Conceitual	14
Princípios Fundamentais	16
Estratégias	18
Referências	19

Política Ambiental da Embrapa Clima Temperado

Lilian Terezinha Winckler Sosinski Glaucia de Figueiredo Nachtigal

Introdução

A rápida modificação das matrizes produtivas durante o século XX, que resultaram em uso intensivo da terra, aliada à industrialização e ao crescimento urbano, levou a uma grande degradação dos recursos naturais. No início da década de 70, o relatório do Clube de Roma, "Limites do Crescimento" (MEADOWS et al. 1972), apontava que "a fim de garantir-se a disponibilidade de recursos adequados no futuro, é necessário que se adotem planos de ação que façam decrescer o atual uso de reservas", demonstrando a insustentabilidade do desenvolvimento da sociedade da época, a qual tem se intensificado nas últimas décadas.

A preocupação da comunidade internacional com os limites do desenvolvimento levaram a ONU a promover, em 1972, uma Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo. Em 1983, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que tinha o objetivo de realizar um diagnóstico ambiental mundial. Esse trabalho resultou, em 1987, no documento Nosso Futuro Comum, conhecido como Relatório Brundtland (COMISSÃO,1987), que além do

diagnóstico ambiental, sugeria a realização de outra conferência mundial para discussão das políticas e resultados obtidos pelos países que estavam adotando práticas conservacionistas. Essa conferência foi realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Eco 92), de onde surgiu a Agenda 21 Global, além da convenção climática, e da convenção sobre biodiversidade e declaração das florestas (CORDANI, 1992).

A Agenda 21 é um dos principais resultados dessa conferência, tendo sido assinada por 179 chefes de Estado, podendo ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, de modo a conciliar métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. A Agenda 21 brasileira trata o desenvolvimento sustentável, baseado nas necessidades de crescimento com a redução da pobreza e a conservação ambiental, como uma meta que só poderá ser realizável com vistas à tomada de consciência individual dos cidadãos sobre o papel ambiental, econômico, social e político que desempenham em sua comunidade. Para a implementação da agenda 21 e ampliação das suas chances de êxito, torna-se necessário tratar as questões estratégicas tais como competitividade sistêmica, equidade social e sustentabilidade ambiental, a partir de responsabilidades efetivas e compartilhadas entre os diferentes segmentos sociais.

A Embrapa Clima Temperado, como empresa de pesquisa agropecuária envolvida com a pesquisa, desenvolvimento e inovação sustentável da agricultura na região de clima temperado, entendendo as interrelações ocorrentes entre a produção agrícola e o meio ambiente, e entendendo o seu papel como geradora de conhecimento e de tecnologia, procurou a adequação e direcionamento de suas ações no sentido de ter sempre presente a necessidade de avaliação e aprimoramento da qualidade ambiental, oriunda dos processos produtivos.

Para garantir a implementação do direcionamento das ações em todos os âmbitos da unidade, a compreensão das questões

ambientais e o seu tratamento, inerentes às atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) em seus diferentes níveis, desenvolvidas na Unidade e na área de abrangência, foram aplicados Diagnósticos Rápidos Participativos (DRPs) ao público interno, com o objetivo de identificar os problemas ambientais percebidos nos setores, na Unidade e no entorno. Buscou-se garantir, dessa forma, a responsabilidade compartilhada por todos os colaboradores e funcionários. Esse diagnóstico possibilitou verificar as fragilidades e necessidades de melhoria, servindo de base para a elaboração da Política Ambiental agui apresentada. A premissa fundamental de sua formulação consistiu na conformidade com as diretrizes das políticas públicas relativas ao meio ambiente, bem como o atendimento às normatizações internas da Embrapa, notoriamente o IV Plano Diretor da Embrapa Clima Temperado (EMBRAPA, 2008a) e V Plano Diretor da Embrapa (EMBRAPA, 2008b).

Em sua política ambiental, refletida nos sete princípios a seguir especificados, a Embrapa Clima Temperado sintetiza a sua experiência e explicita o compromisso de considerar as demandas do relacionamento com a sociedade, de construir o consenso sobre o padrão de tratamento ambiental de suas atividades e de manter um processo sistemático e contínuo de adequação às inovações tecnológicas e científicas com foco ambiental.

Objetivo Geral

A política ambiental pretende compatibilizar o processo de pesquisa, desenvolvimento e inovação com a oferta de conhecimento e produtos às condições ambientais, sociais e econômicas em sua área de atuação.

Este objetivo explicita a determinação da instituição em considerar as características específicas de sua área de atuação no desempenho de sua missão, adotando a melhor técnica disponível para minimizar os efeitos prejudiciais e maximizar os

benefícios decorrentes de seus serviços e empreendimentos.

Nessa orientação geral, situam-se os seguintes objetivos específicos:

- Planejar, implantar e operar projetos com o mínimo de impacto ambiental;
- Promover a participação dos diversos segmentos sociais e institucionais em todas as etapas das atividades e ações;
- Participar ativamente dos processos de complementação e aprimoramento da legislação ambiental, de recursos hídricos e de desenvolvimento aplicável ao negócio da instituição;
- Contribuir para a melhoria socioeconômica e ambiental na área de influência de suas ações.

Marco Conceitual

Para a plena compreensão dos princípios aqui relacionados, os presentes conceitos foram definidos:

Meio ambiente: conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Impacto ambiental: qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.

Risco ambiental: uma medida da probabilidade e severidade de um efeito adverso para o ambiente derivado de atividades

humanas que podem repercutir nos meios físico-biológico e socioeconômico, afetando os recursos naturais e a saúde humana.

Gestão ambiental: diretrizes e atividades administrativas e operacionais, tais como: planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, quer reduzindo ou eliminando os danos ou problemas causados pelas ações humanas, quer evitando que eles surjam.

Recursos naturais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo e os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

Sustentabilidade: é o equilíbrio na convivência entre o homem e o meio ambiente, satisfazendo as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras suprirem suas necessidades. Isso significa cuidar dos aspectos ambientais, sociais e econômicos e buscar alternativas para sustentar a vida na Terra sem prejudicar a qualidade de vida no futuro.

Processos: conjunto sequencial e peculiar de ações que objetivam atingir uma meta.

Insumos: é a combinação de fatores de produção, diretos (matérias-primas) e indiretos (mão de obra, energia, tributos), que entram na elaboração de certa quantidade de bens ou serviços.

Princípios Fundamentais

1. Respeito aos recursos naturais

Neste compromisso, a Embrapa Clima Temperado estabelece a orientação para que suas ações priorizem a conservação da

biodiversidade e o uso racional e eficiente dos recursos naturais em suas atividades, exigindo o mesmo de seus empregados e estimulando esta prática junto a seus parceiros e em sua área de atuação.

2. Adequação de estruturas e processos às inovações tecnológicas e científicas com foco ambiental

Implementar processos de gestão técnica e ambiental, sistemáticos e contínuos, orientados à prevenção, mitigação, controle e compensação da deterioração ambiental e à potencialização dos efeitos benéficos da gestão ambiental nas atividades desenvolvidas na Embrapa Clima Temperado, priorizando minimizar os desperdícios e qualificar os processos envolvendo matérias-primas, materiais auxiliares, insumos, água e energia.

3. Sensibilização contínua sobre impactos e riscos ambientais

Desenvolver processos eficazes de educação, de comunicação e de informação voltadas ao público interno e aos diversos atores sociais das comunidades do entorno, quanto aos aspectos relacionados ao meio ambiente e ao risco ambiental de atividades antrópicas na região de clima temperado do sul do Brasil, notadamente nos biomas Pampa e Mata Atlântica.

4. Respeito à lei

Este princípio explicita o compromisso da Embrapa Clima Temperado com o rigoroso cumprimento das disposições da Constituição Federal e da legislação vigente, especialmente a ambiental.

5. Desenvolvimento científico e tecnológico

Com este princípio, a Embrapa Clima Temperado se compromete a produzir e compartilhar o conhecimento científico e tecnológico relacionado às interações entre desenvolvimento local e regional, agropecuária e meio ambiente, que por ela venha a ser gerado, adaptado ou adotado.

6. Ação integrada

Adotando este princípio, a Embrapa Clima Temperado assume a intenção de integrar a dimensão socioambiental aos planos, projetos, processos e atividades da Unidade, bem como de analisar, sistematicamente, as ações decorrentes da adoção destes princípios com o objetivo de aperfeiçoá-los continuamente. É sua intenção adicional, orientar suas ações para a integração com as políticas públicas brasileiras, demais agentes governamentais e segmentos sociais, com os quais interage, na implementação de planos e ações socioambientais que contribuam para o desenvolvimento sustentável local e regional.

7. Transversalidade da gestão ambiental

Esse princípio prevê a necessidade de tornar as ações ambientais constantes em todos os níveis de atuação da Embrapa Clima Temperado, tanto no seu quadro funcional quanto estimulando essa reflexão junto aos parceiros e comunidade no entorno.

Estratégias

Para alcançar este conjunto de objetivos e o cumprimento dos compromissos firmados, a Instituição privilegiará as seguintes estratégias:

- Elaborar programas de educação ambiental permanentes para o público interno e externo;
- Apoiar, investir e incentivar as ações de comunicação da Instituição em prol da sensibilização do público interno e da comunidade sobre a Gestão Ambiental da Embrapa;
- Promover a melhoria das condições ambientais para alcançar a sustentabilidade do espaço geográfico em que se desenvolvem suas ações;
- Assegurar a inclusão dos aspectos ambientais nos processos decisórios e técnico-administrativos de todas as áreas da Instituição;
- Construir e aplicar mecanismos de melhoria de processos que visem a redução de resíduos e uso de insumos;
- Assegurar a manutenção do CLGA e apoiar suas iniciativas e atividades;
- Formular e aplicar um Sistema de Gestão Ambiental;
- Valorizar e incentivar o cumprimento dos objetivos, princípios e estratégias contidos nesse documento.

Referências

COMISSÃO MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. O nosso futuro comum. 1987. Disponível em: http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N87/184/67/

IMG/N8718467.pdf?OpenElement >. Acesso em: 8 jun. 2009.

CORDANI, U.G. Ecos da Eco 92 na reunião da SBPC. **Estudos Avançados**, São Paulo. v. 6, n. 15, p. 97-102, 1992.

EMBRAPA CLIMATEMPERADO. IV plano diretor da Embrapa ClimaTemperado 2008-2011-2023. Pelotas, 2008. 52 p.

EMBRAPA. Secretaria de Gestão e Estratégia. **V plano diretor da Embrapa 2008-2011-2023.** Brasília, DF, 2008. 44 p. Disponível em: http://www.embrapa.br/a_embrapa/unidades_centrais/spd/seg/normas-do-seg/16%20-

%20Plano%20Diretor%20da%20Embrapa%20-%20PDE.doc/view?searchterm=pde > Acesso em: 05 dez. 2008.

MEADOWS, D. L., MEADOWS, D.H., RANDERS, J.; BEHRENS, W.W. **Limites do crescimento**: um relatório para o projeto do clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1972. 203 p.